

Diplomacia Epistolar: Visconde do Rio Branco e Andrés Lamas¹

Francisca L. Nogueira de Azevedo²

1. O documento e os missivistas.

No Arquivo Histórico do Itamarati encontra-se um fundo composto por manuscritos que tratam das missões diplomáticas brasileiras no Uruguai. Essa documentação está organizada e disponibilizada no Catálogo da Coleção Particular do Visconde do Rio Branco. Entre os papéis desta coleção estão as cartas trocadas entre o visconde e o embaixador do Uruguai no Brasil, Andrés Lamas, que tratam, particularmente, das conversações em torno da revisão do tratado de 1851, assinado no Rio de Janeiro por Andrés Lamas, como representante do governo uruguaio, e o Marques de Paraná e Visconde de Abaeté em nome do imperador D. Pedro II.

Andrés Lamas nasceu em Montevideu em 1817 e morreu na Argentina em 1891. Cursou a Universidad de la Republica em Montevideu. Foi intelectual, escritor e jornalista, editou e colaborou com vários jornais. Foi Ministro de Governo, Ministro das Finanças e Ministro das Relações Exteriores. Teve grande influência política no Uruguai, especialmente durante o período da Guerra Grande (1843-1851)³. Esteve ao lado de Fructuoso Rivera, no combate de Palmar e contra Juan Manuel de Rosas, da Argentina, como aliado do Brasil. A partir de 1875, a perda de prestígio no âmbito da política uruguaia o fez se estabelecer em Buenos Aires, permanecendo na capital argentina até sua morte. Andrés Lamas deixou grande contribuição em relação aos estudos bibliográficos e historiográficos. Fundou a Revista do Rio da Prata e um museu sobre assuntos do continente americano.

José Maria da Silva Paranhos - visconde do Rio Branco – nasceu em Salvador, Bahia, em 1819 e morreu no Rio de Janeiro em 1880. Começou sua vida profissional como professor da escola militar e jornalista. Foi Ministro da Marinha e dos Negócios Estrangeiros, no governo do Visconde de Abaeté, Ministro da Fazenda, no Gabinete presidido pelo barão de Caxias, e senador por Mato Grosso em 1862. Em 1864 partiu em

¹ Pesquisa e transcrição realizadas por Saionara Gomes Ladeira, bolsista PIBIC-UFRJ/CNPq.

² Prof. Dra. do Departamento de História –UFRJ. PEA-Programa de Estudos Americanos- IFCS/ UFRJ.

³ A intervenção Juan Manuel de Rosas ao Uruguai, em apoio a Manuel Oribe, gerou uma guerra internacional da qual participaram: França, Inglaterra e o império brasileiro, culminando com a derrota de Rosas.

missão especial ao Rio da Prata, quando negociou a adesão do Uruguai à guerra do Brasil contra o Paraguai. Reassumiu a pasta dos Negócios Estrangeiros no Gabinete de Itaboraí, em 1868, e no ano seguinte voltou ao Rio da Prata em nova missão especial, para tratar dos acordos relativos ao fim da Guerra do Paraguai. Assinou o protocolo sobre a formação do governo provisório em Assunção e o tratado preliminar de Paz (1870). Formou, em 1871, o mais longo e, segundo alguns historiadores, um dos mais importantes ministérios do Segundo Reinado. Sua maior obra, de acordo com Adolfo Varnhagem, foi apresentação e promulgação da lei do Ventre Livre.

A correspondência selecionada abrange o período de 1855 a 1859, compondo um conjunto de 46 cartas procedentes do Rio de Janeiro e Petrópolis. A correspondência diplomática – como o trabalho com correspondência em geral – possibilita uma versão singular da história, pois, ao mesmo tempo em que revela os meandros da diplomacia e as práticas diplomáticas da época, dá ao leitor uma dimensão privada do texto, mantendo as características de narrativa pessoal, semelhante aos diários ou as autobiografias. Por outro lado, a invasão do lado privado da vida dos protagonistas, perigosamente induz ao pesquisador a tomar partido de um ou de outro, segundo sua simpatia.

Inicialmente, é importante ressaltar que a leitura das cartas permite a análise de uma série de outros temas que não são objeto deste texto. O trabalho com a correspondência obedeceu às orientações sublinhadas por alguns autores que realizaram análise sobre epistolografia.⁴ Assim sendo, deu-se atenção tanto à data quanto ao local de origem da correspondência e classificação de temas tratados. Observou-se, por exemplo, que entre as cartas selecionadas, pouquíssimas não continham a data e/ ou a localidade, o que facilitou organizar uma cronologia do conjunto epistolar, permitindo recuperar o diálogo entre os correspondentes.

O objetivo do trabalho é analisar a política externa do império brasileiro em relação ao Uruguai, compreendida através das posições tomadas por seu representante, assim como, observar às práticas e justificativas das ações diplomáticas numa das zonas mais cobiçadas pelo império.

⁴ SENA, André. *A epistolografia em Portugal*. 2ª. ed. Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da moeda, 1985.; GALVÃO, Walnice Nogueira e GOTLIB, Nádia Battella (org.) *Prezado senhor, Prezada senhora. Estudos sobre cartas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. RUEDA, *Cartas sin Lacrar: La novela epistolar y la España Ilustrada, 1789-1840*. Madrid: Iberoamericana, 2001.

Segundo Clodoaldo Bueno e Amado Cervo, após o rompimento com Portugal em 1822, a política exterior do Brasil serviu intencionalmente à paz entre os povos, com exceção de um período entre 1850 e 1870⁵. Entretanto, pode-se que questionar esta cronologia se levarmos em conta a permanente tensão - que muitas vezes resultou em confronto bélico - na Província Cisplatina. O que se observa, é que somente após a guerra do Paraguai, o Estado Imperial diminuiu sua pressão sobre a região do Rio da Prata, orientando a política externa para uma atitude de descompressão, uma vez que o Estado brasileiro fragilizou-se com a guerra que desviou recursos e provocou grave crise política interna, a primeira manifestação de um militarismo e o protesto de todo o continente.

2. Os personagens e seu tempo

Na época da independência do Brasil a Província Cisplatina pertencia ao império português.⁶ No entanto, não foi fácil para o exército luso manter a paz no meio de uma população hostil aos portugueses, e que já estavam “contaminados” pelas idéias republicanas. É interessante lembrar que em 1808, um agente brasileiro no Rio da Prata – Joaquim Xavier Curado - em relatório ao conde de Linhares alertava: *O voto da Nação Hespanhola a nosso respeito em nada he favorável...*

Na verdade, a criação do império brasileiro não pôs fim à política expansionista do período joanino em relação à fronteira sul. Muito ao contrário, deu-se continuidade seguindo os mesmos propósitos de anexação da Banda Oriental do Rio da Prata. Depois de quase 20 anos de guerra civil, os estados que resultaram da fragmentação do império espanhol na América começaram a se organizar em busca da paz e da definição de fronteiras. Entretanto, no antigo vice-reino do Rio da Prata os conflitos continuavam agravados pelo interesse do império do Brasil na região.

Após a independência o Uruguai passou a ter uma constituição liberal e economicamente desenvolvia atividade pastoril e comércio de exportação, esta última,

⁵CERVO, Amado Luiz. BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. São Paulo, Ática, 1992.

⁶ Em 1816 D. João VI envia ao Rio da Prata, uma tropa de elite com cinco mil homens - Voluntários Reais- sob o comando do general Carlos Frederico Lecor, para combater José Gervásio Artigas, que lutava pela independência da região. Somente em 22 de janeiro de 1820, Artigas é definitivamente derrotado na batalha de Tacuarembó, e a Banda Oriental é anexada ao império português. Com o Tratado de 31 de julho de 1821, o Estado de Montevidéu foi incorporado ao reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, sob a denominação de Província Cisplatina.

facilitada pela existência de um porto internacional.⁷ A inadequação da proposta política para a formação de um Estado liberal, barrou qualquer tipo de negociação com as forças políticas provinciais, gerando fortes facções oligárquicas regionais que se colocavam sob a proteção de caudilhos locais, e esses de caudilhos “maiores”. Com isso se dá a formação de dois partidos que se opunham ao poder central: os *colorados* e os *blancos*. O resultado destas frentes de pressão foi a Guerra Grande (1839-1851), que começou com uma disputa pelo controle do Uruguai entre os dois principais caudilhos, Manuel Oribe (*blanco*) e Fructuoso Rivera (*colorado*), e tornou-se com a queda de Oribe em 1838, uma guerra internacional.⁸

O longo período de guerra permitiu a emergência de posições ideológicas no âmbito dos dois partidos. Assim, os *colorados* adquiriram uma identidade de partido urbano, receptiva às idéias liberais e estrangeiras, à imigração européia e o apoio brasileiro. Aliaram-se aos exilados liberais de Buenos Aires contra Juan Manuel de Rosas⁹ e Manuel Oribe. O *blanco* era o partido dos estancieros, o partido da tradição que se vangloriava da resistência à intervenção estrangeira, da defesa do “americanismo” e da aliança com a Argentina de Rosas. Em 1851, estimulados pelo general correntino Jose Justo Urquiza (governador de Entre Rios), que assinara um Tratado de Aliança com o Brasil, os dois partidos rivais chegaram a um acordo e aliaram-se à rebelião contra Rosas.

O plano da diplomacia imperial contra Rosas consistia em ocupar o vazio deixado pelo recuo da França e Grã-Bretanha frente ao líder da Confederação. O Império preparou-se para com o apoio de políticos platinos intervir no Uruguai, em favor dos *colorados*, e na Confederação, para depor seus líderes. O governo do Brasil arquitetou um sistema pelo qual o banco Mauá apoiou financeiramente os *colorados* sitiados em Montevideú. Pelo Tratado Secreto assinado no Rio de Janeiro em 6 de setembro de 1850, por Andrés Lamas e Mauá, o governo *colorado* recebeu 18.000 pesos com juros de 6% de juros anuais, até agosto de 1851. Para a maior presença do Império nas questões do Estado Oriental, também contribuiu a pressão dos estancieros gaúchos. Eles pediam a intervenção

⁷ Com o Tratado de 27 de agosto de 1827 o Uruguai é declarado independente.

Sobre o assunto ver: História da América Latina – Da Independência até 1870. Vol.III. Leslie Bethel, org. São Paulo: EDUSP; Imp.Oficial do Estado; Brasília –Fundação Alexandre de Gusmão, 2001; CERVO, Amado Luiz e BUENO, Clodoaldo História do Cone Sul. Brasília Ed. UNB, 1998.

⁸ Op.cit. nota 1.

⁹ Juan Manuel Rosas organizou a Confederação Argentina em 1831.

do Rio de Janeiro contra Oribe, que coibia severamente o contrabando de gado uruguaio para o Rio Grande do Sul. Muitos desses estancieiros passaram a invadir o Uruguai para roubar gado e recuperar escravos foragidos que se encontravam entre os *blancos*.

As operações militares contra a Confederação Argentina foram iniciadas por Urquiza, ao entrar com suas forças em território uruguaio em 8 de julho de 1851. No mês seguinte, Rosas declara guerra ao Brasil, e em outubro as forças *blancas* renderam-se ao governador de Entre-Rios.¹⁰

Em virtude da declaração de guerra tornou-se necessário que o império do Brasil enviasse um negociador capaz de definir rapidamente uma diretriz aos negócios pendentes e buscar uma solução imediata, uma vez que o Império vivia um momento extremamente difícil, tendo que acabar com os movimentos internos e evitar que fora das fronteiras surgissem movimentos separatistas ou republicanos.. A escolha recaiu no nome de Honório Hermeto Carneiro Leão – Marques de Paraná, que levou como secretário José Maria da Silva Paranhos, o futuro visconde do Rio Branco

A debilidade do governo *colorado* no Uruguai permitiu que os negociadores do império obtivessem grandes vantagens nos tratados assinados com Montevideú, consolidando a ascendência brasileira sobre o Uruguai. Na época foram assinados cinco tratados: o primeiro deles, estabeleceu os limites de forma favorável ao Império. O segundo, de Comércio e Navegação, mantinha o império a navegação exclusiva da lagoa Mirim e do rio Jaguarão, e estabeleceu o tratamento de nação mais favorecida entre os países, com abolição por 10 anos dos impostos uruguaio sobre a exportação de gado pela fronteira, estabelecendo assim, a dependência econômica oriental. A passagem de gado deixou de ser contrabando, garantindo-se a matéria prima aos charqueadores do Rio Grande do Sul, em prejuízo para os uruguaio. O terceiro tratado o de Extradicação, o governo uruguaio comprometeu-se em devolver os escravos fugitivos dos súditos brasileiros. O quarto tratado estabeleceu a aliança perpétua entre os dois países com o objetivo de defender as respectivas independências. Pelo quinto tratado o governo brasileiro emprestou ao Uruguai 60.000 patações mensais, com juros de 6% ao ano, pelo tempo que o governo imperial considerasse necessário.

¹⁰ As tropas aliadas bateram as forças de Rosas em Monte Caseros.

É importante ressaltar, que desde o início das negociações, que resultaram nos tratados de 1851, inúmeras divergências marcaram as discussões diplomáticas. O ponto principal da contenda, e que implicava nas negociações subseqüentes era a questão de limites. Enquanto o império defendia as decisões que constavam da Convenção de 1819, Andrés Lamas pleiteava que fossem mantidos os acordos do Tratado de 1777, (tratado de Santo Ildefonso) argumentando que o ato em que o império português incorporava a Banda Oriental (1821), anulava a convenção de 1819. Diante da dificuldade para as duas partes chegarem a um acordo, Lamas propõe um projeto com base no *uti possidetes*, mas o Brasil foi contra a proposta.

No Uruguai, o pacote de tratados assinados por Andrés Lamas em nome do presidente Suarez, foi duramente criticado, e a “Assembléia de Notáveis” que deveria ratificá-los negou-se a fazê-lo. O presidente então, dissolve a assembléia e ratifica-os pessoalmente. Até mesmo no Brasil, surgiram críticas aos tratados. O deputado Souza Franco acusou Jose Paulino Soares de Souza, então ministro das Relações Exteriores, de ter arrancado os tratados por meio de coação e de ter obtido sua ratificação com auxílio da violência¹¹. Os tratados criaram uma série de rancores, antipatias e desconfianças sobre o império em quase todo o continente, e Andrés Lamas passou a ser considerado como traidor da nação.

Com o fim da guerra, o general Justo José Urquiza passou a governar a Argentina, e o Uruguai organizou um governo sob a presidência de Juan Francisco Giró. O novo governo uruguaio não estava disposto a aceitar os tratados de 1851, mas era muito débil para suportar as pressões brasileiras em especial a dura diplomacia do futuro visconde do Rio Branco. Giró acaba caindo, por articulações do gabinete imperial e do governo de Buenos Aires que, desde 11 de setembro de 1853, tinha se emancipado da tutela de Urquiza, presidente da Confederação Argentina, tornando-se um Estado independente, situação que se prolongaria até 1861. No Uruguai organizou-se um triunvirato composto por: Juan Antonio Lavalleja –que faleceu em seguida-, Fructuoso Rivera e Venâncio Flores. Pouco tempo depois, Venâncio Flores assume o governo sozinho, porem, muito enfraquecido politicamente, passa a ser uma espécie de fantoche do Brasil.

¹¹ Pomer, Leon. *Os conflitos na Bacia do Prata*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1979, p. 39.

3. Diplomacia Epistolar

Nas cartas selecionadas, cujas primeiras datam de 1855, pode-se notar momentos de grande tensão entre os dois diplomatas. Andrés Lamas, procura compensar os prejuízos causados ao Uruguai com os tratados de 1851 e tenta novos acordos porém, esbarrava com a forte pressão da ação diplomática do visconde do Rio Branco, que se vale das conquistas diplomáticas do império na região platina.

No final de novembro de 1855, Andrés Lamas em carta ao visconde menciona o mau tratamento dado, pelo governo imperial, ao Ministro das Relações Exteriores do Uruguai, Manuel Herrera y Orbes e ao enviado de Urquiza, Juan R. Muños, afirmando que Herrera saiu, *de esta Corte em el mayor desagrado*, e sugere ao ministro Paranhos que peça desculpas, oferecendo-se como intermediário: *à sus órdenes si por ventura quiere V. Ex^a hacer le a Herrera alguna esplicacion por mi conducto*.

O arquivo não registra nenhuma correspondência entre os dois até agosto do ano seguinte, quando Lamas tenta reiniciar as conversações usando como artifício à solicitação de uma compatriota de alguma benesse do imperador. Com tratamento cerimonioso pede ao Ministro que, *haga V.Ex^a por ellas lo que le sea posible, cierto de que hace bien*, e se despede protocolarmente afirmando que *tengo el honor de ser, com la debida consideracion. De V. Ex^a, Muy afft. O servidor*. Não menciona como nas cartas anteriores, *Muy afft. O amigo e servidor*

Dois dias depois, Lamas escreve novamente ao visconde do Rio Branco com o mesmo propósito da carta anterior, ou seja, de abrir diálogo com o império brasileiro com o objetivo de negociar os acordos assinados em 1851, uma vez que a crise política e econômica por que passava o país agravava-se aceleradamente. Num discurso claro de quem quer angariar simpatia, Lamas relata que recebeu de uns amigos portenhos a bandeira que Rosas costumava colocar nos fortes de Buenos Aires em dias festivos, e declarando gratidão pelo império comenta:

Nunca he podido, ni puedo mirar todos esos dolorosos recuerdos dela atroz y bárbara tiranía vencida en Caseros, sin que ellos aviven la memoria delo que los Pueblos del Rio de la Plata, la humanidad, la dignidad humana, y el comercio universal, deben en aquel glorioso suceso a la política y a las armas Brasileñas.

No final da correspondência, comunica ao chanceler brasileiro seu retorno ao Rio da Prata, não deixando de mencionar o constrangimento que sentia diante do tratamento que vinha recebendo de “alguns brasileiros”.

No soy hombre de ocultar nada – Créo tener motivos, Exm^o Sr. Paranhos, para salir de este pais devidamente dolorido, como estoy, por los actos de algunos Señores que han sido y son altamente, inoportunamente, injustos conmigo; pero crea V.Ex que constestaré esas injusticias, demonstrando com actos irrecusables, allí, en el Rio dela Plata, que esos Señores, aunque lo desearen, no podrian colocar bajo el mesmo nivel á todos los hombres de aquellos paises.

Em princípios de 1856, o imperador enviou ao Rio da Prata Paulino Limpo de Abreu, Visconde de Abaeté, para concluir os tratados com a Confederação Argentina que previa: a livre navegação dos rios; estabelecia o comércio com base nos princípios de igualdade e reciprocidade; incorporava, como no de Montevideú, a idéia de considerar o Império a nação privilegiada nas regras do tráfico fluvial; regulava o transito dos cidadãos entre as duas nações e legislava sobre o contrabando. Confirmava, ainda, o reconhecimento da independência tanto do Paraguai como a da República Oriental. No entanto, quando o Visconde de Abaeté chega ao território platino, Buenos Aires e a Federação Argentina haviam rompido o pacto de convivência que haviam acordado e estavam em franca hostilidade, o que tornava a República Oriental extremamente vulnerável.

Andrés Lamas volta ao Rio de Janeiro em 22 de outubro de 1856, e em resposta a uma carta enviada pelo visconde do Rio Branco, censura o teor da correspondência do ministro brasileiro, a qual continha severa crítica à delegação uruguaia que tentava um novo acordo para o tratado de comércio. Lamas, de forma enfática, repudia o comentário feito pelo visconde considerando o governo do Uruguai mal agradecido ao império. As palavras do ministro Paranhos não escondem a irritação da diplomacia brasileira em relação à pretensão uruguaia de rever o tratado: *No és por la primera véz que he oido - ahora que no tienen intervencion – que no reciben dinero, no quieren tratados, quieren expelir á los brasileiros – son ingratos.* A partir desse momento, as cartas trocadas entre os dois são reveladoras da extrema inflexibilidade da diplomacia brasileira no que se refere aos interesses do império em relação à manutenção de sua supremacia na região. Por outro lado, demonstra o esforço e a obstinação da República Oriental, representada por Lamas, em tentar alterar, particularmente, o Tratado de Comércio assinado em 1851. Andrés

Lamas, recorre a todos os recursos diplomáticos e pessoais para conseguir reverter a difícil situação em que se encontrava o Uruguai, embora, procurando evitar um rompimento definitivo com o Brasil.

Na correspondência entre os dois no dia 27 de outubro de 1856 – três cartas – compreende-se a dimensão da dificuldade nas negociações e a luta do império brasileiro na manutenção de uma política externa herdada do império português, que visava garantir sua soberania política e econômica na banda Oriental do Rio da Prata. Na primeira carta, através de longa argumentação, o visconde do Rio Branco critica a proposta apresentada por Lamas para a revisão do tratado. O visconde inicia a correspondência reclamando da interpretação do chanceler uruguaio sobre as questões debatidas em um encontro privado que tiveram:

V.Ex^a se refere a algumas palavras que me ouviu na entrevista que tivemos nesta nossa casa, quando se dignou apresentar-me p/ o Secretario da Legação Oriental, palavras proferidas em conversação particular, com a liberdade de que V. Ex^a permitio-me. Na segunda, (carta) V. Ex^a se refere a uma conversação igualmente confidencial que tivemos no baile do Club Fluminense.

Nesta “conversa confidencial” o diplomata brasileiro havia criticado uma correspondência de Andrés Lamas, na qual ele enumerava ao ministério do Brasil os prejuízos da República Oriental com o Tratado de Comércio. Mantendo uma conduta inflexível, o Ministro Paranhos dá continuidade a suas críticas:

V. Ex^a admira-se de que sua nota de 14 do corrente me causasse uma desagradável impressão e dignou-se a escrever-me particularmente para desfazer essa impressão, e melhor encaminhar a negociação de que se acha encarregado nessa Corte. O que eu disse a V.Ex^a em uma entrevista foi que surpreendeu-me o tom, os termos e o alcance de sua citada nota. Eu não podia inferir-se que o Brasil e os Brasileiros são hoje a maior calamidade que pesa sobre a república. Eu (...) quadro muito carregado, exageradamente (...) e que eu havia pedido alguns dados ao Ministério da fazenda e a província do Rio Grande do Sul, para pintar cor de rosa o que no quadro de V. Ex^a era negro, negríssimo....

Na verdade, o pacote de tratados de 1851, além de cercearem territorialmente o Uruguai, oficializava a intervenção brasileira e favorecia a indústria de charque rio-grandense em detrimento dos charqueadores uruguaiois. A economia da República estava completamente arrasada e os termos do tratado do Comércio impediam sua recuperação. Os

empréstimos concedidos pelo banco do futuro visconde de Mauá serviam praticamente para o pagamento das dívidas com o Brasil. As acusações de Lamas sobre a violação brasileira dos tratados são vigorosamente rebatidas pelo visconde.

V. Ex^a acusa o Governo Imperial de ter abertamente violado o artigo 4^a desse Tratado (Comércio). Acusa-o ainda de ter multiplicado os efeitos (...) por excessivas medidas fiscais estabelecidas na fronteira do Jaguarão. Considera a existência de algumas propriedades brasileiras sobre o território Oriental limitrophe como ameaça a industria do Chaco no Estado Oriental e como ameaça à independência da República. Declara (...) que o Tratado esta portanto, visto, e que se o Governo Oriental o denuncia como tal (...), e o não cancela, é porque deseja e espera que esses, os efeitos, mediante modificação que há de propor (...) Poderia eu supor que as posições dos Brasileiros no Estado Oriental, e os efeitos do Tratado de Comercio teem causado e estão causando tão grandes males a Republica, que a estes (...) deve aplicar toda a sua atenção? (...) Logo, trata-me de um caso gravissimo. No entanto permita-me Lamas que lhe diga com franquesa – procuro, e não acho a origem e as circunstâncias de tão séria conjuntura.

Diante da reação do ministro Paranhos, Andrés Lamas propõe retirar a proposta e encaminhar outra, mas Paranhos é categórico ao anunciar que não permitiria a retirada da “nota” e que não negociaria nos termos propostos por Lamas.

Eu estimarei que a Nota de V.EX. ^a fosse concluída em outros termos, e não tivesse as declarações gravíssimas que contem (...) que V. Ex^a retirasse-a para substitui-la por outra que não poupasse demonstrações que são injustas e julgo inconveniente. Mas não posso convir em que V.Ex^a elimine a sua nota sob a condição de que consideramos o que pretende a República, ou com a declaração prévia de que tomará a mesma (...) atitude, se a negociação para que me comunica não for bem sucedida.

O Visconde do Rio Branco procura constranger o emissário uruguaio sugerindo certa desconfiança quanto à postura do governo da República Oriental. De forma irônica, o ministro lembra a Lamas as dívidas que o Uruguai tem com o império. *Nunca o Governo Imperial lançou nota ao Governo da República os serviços que lhe tem prestado, de menos poderiam fazer (...) A nobreza desses actos, e a cortesia que o Governo Imperial guarda em suas relações para com todos os governos sem ostentação.*

Ao final da carta, o Visconde faz alusão ao comentário de Lamas sobre a relação do império brasileiro com os partidos políticos – *blancos e colorados* – do Uruguai:

Eu não disse a V.Ex^a que o Governo Imperial se quer emancipar dos partidos da República. Não podia (...) porque nunca o Governo Imperial esteve sujeito a

nenhum d'elles, nunca julgou, convenientes aos interesses vitais e permanentes dos dois países, ligar-se a nenhum desses partidos. A política foi e será sempre de Nação a Nação. Tendo dito a V. Ex^a as palavras acima reproduzi (...) estamos resolvidos a ser amigos leais ou inimigos francos.(...) o Governo Imperial por sua parte estaria resolvido a não deixar que dessa se servissem os partidos da República como de arma ou bandeira

Desde que tanto os *Blanco* quanto os *Colorados* decidiram apoiar o Brasil na guerra contra Rosas, o império brasileiro deixou de demonstrar preferência por um dos partidos. Se na política externa, especialmente em relação ao império brasileiro, as políticas dos dois partidos coincidiam, não se pode dizer o mesmo no que se refere à política interna. Assim, Andrés Lamas cobra do governo brasileiro apoio aos *Colorados*, como acontecera em momentos anteriores. O Brasil não tinha como negar que dois anos antes, mais precisamente em 03 de maio de 1854, tropas brasileiras entraram em Montevideu atendendo a um pedido de Venâncio Flores, o que significava respaldar o partido *Colorado*. No entanto, nesse momento não interessava mais ao império declarar sua preferência por um dos partidos, e descarta esta possibilidade defendendo uma diplomacia negociada não entre partidos políticos, mas entre nações.

Ao receber uma longa carta do visconde, Andrés Lamas responde com uma “nota” seca afirmando que: *Presumiendo yá que v. Ex^a prefiere discusion oficial, he creido que el único medio que me restaba para abreviarla, almenos era escribir la adjunta nota.* Concluindo, avisa que não entregou a Secretaria da Delegação a correspondência trocada entre eles e termina com a pergunta: *Sera imposible q. llegemos à un acuerdo particularmente?*

No mesmo dia em resposta a um outro bilhete do ministro imperial, Lamas declara: *Si V. Ex^a quisiera que conversasemos alguns momentos ántes de despachar la correspondencia para el Rio de la Plata, tendria eu mucho gusto y me pongo, desde ahora, à la disposicion de V. Ex^a.*

Certamente, com a anuência do Visconde do Rio Branco, o encontro foi marcado para dia 11 de novembro às dezenove horas na casa do visconde. Lamas demonstra sua expectativa: *nuestra conversacion pueda facilitar un Acuerdo Amistoso.* No entanto, no dia seguinte Lamas se desculpa com o ministro Paranhos por não ter podido comparecer ao encontro marcado por problemas de saúde, e solicitava que o ministro marcasse uma nova data.

Pode-se especular sobre o não comparecimento de Andrés Lamas ao referido encontro como uma estratégia de ganhar tempo nas negociações, ou mesmo, tentar um tipo de pressão sobre o ministro do imperador. Porém essas hipóteses são improváveis, sobretudo porque a situação do Uruguai era tremendamente vulnerável, o que não permitia a seu representante uma margem grande de manobra. Sendo assim, é possível que Lamas estivesse realmente doente. Por outro lado, há registro que ele havia sido acometido de Febre Amarela que grassava no Rio de Janeiro, forçando-o, inclusive, a mudar para Petrópolis, cidade de refúgio da aristocracia carioca que tentava escapar da epidemia. Corroborando esta posição, temos o fato de que praticamente dois meses depois da data do encontro, a correspondência de Andrés Lamas, que antes era emitida de sua casa na Praia do Flamengo n. 66, passa a ser enviada de Petrópolis.

A rigidez da diplomacia do visconde do Rio Branco, poderia estar calcada nos acordos que havia assinado com o Paraguai, que garantia um período de paz na região, fortalecendo assim, a posição do império frente às negociações com Uruguai. Em 1856 o império e a Confederação Argentina assinaram um Tratado de Amizade Comércio e Navegação. No mesmo período, foi concluído também um pacto secreto pelo qual o Brasil ajudaria a Confederação reincorporar Buenos Aires e, em contrapartida, Urquiza apoiaria o império nos problemas de limites com o Paraguai. As relações brasileiras - paraguaias, eram crescentemente tensas devido principalmente à definição de fronteiras nas áreas entre o Rio Branco e rio Apa e pelo desejo brasileiro de conseguir a livre navegação do Rio Paraguai. Em 06 de abril de 1856, José Berges, embaixador do Paraguai enviado por Carlos Lopez ao Rio de Janeiro, assina com o chanceler Paranhos, um Tratado de Amizade, Comercio e Navegação no qual adiava por seis anos a definição da fronteira.¹²

As epístolas que se seguem demonstram o desejo e o esforço de Andrés Lamas em levar a bom termo as negociações com o império. Numa carta de 13 de novembro de 1856, escreve: *es tan sincero mi deseo de llegar à un acuerdo con V.Ex^a sobre todos los negocios pendientes*. Em outra, do dia 21 do mesmo mês, reafirma seu propósito de chegar a um consenso: *por mi sincero deseo de llegar à uma (...) satisfactoria para ambos, de todas las diferencias pendientes*. E para comprovar sua disposição de negociar declara que: *Como*

¹² Sobre o assunto ver: História da América Latina – Da Independência até 1870. Vol.III. Leslie Bethel, org. São Paulo:EDUSP; Imp.Oficial do Estado; Brasília –Fundação Alexandre de Gusmão, 2001; CERVO, Amado Luiz e BUENO, Clodoaldo História do Cone Sul. Brasília Ed. UNB, 1998.

prueba de mi disposiciones personales escribo à V.Ex^a uma nota oficial, solicitando el retiro púro y simple delas que podian ocasionar discusiones desagradables. E pergunta: ¿Piensa V.Ex^a que puedo hacer más?

No dia seguinte, em carta, o ministro Paranhos se desculpa por ainda não ter podido remarcar o encontro entre os dois, alegando muito trabalho e problemas de saúde. Por essa época, o visconde do Rio Branco também adoeceu acometido pela Febre Amarela. Na mesma carta, questiona o comentário de Lamas das dificuldades de chegarem a um acordo e considera não ser justa a observação feita de ser ele *causa de uma discussão desagradável entre nós*. Informa ainda, que atendendo a um pedido de Lamas, concedeu passagem para Manoel Castillo y Silva *no primeiro navio de guerra Brasileiro que sahir para o Rio da Prata*.

Andrés Lamas agradece ao ministro, em correspondência datada do dia 25 de novembro, e chama a atenção para os pontos de conflito das negociações: *A parte toda idea personal, la discusion pendiente puede ser desagradable solo por la matéria y la prueba és que las notas que solicito retirar desagradaram à V. Ex^a. Em esse concepto, que (...) me parece conveniente todo lo que tienda a evitarla*. A matéria a qual se refere Lamas, é a questão do charque, que por pressão dos produtores rio-grandenses – região de constante infidelidade ao império - o visconde tem dificuldade em negociar, temeroso de desagradar aos charqueadores gaúchos.

Finalmente, o encontro entre os dois chanceleres é marcado para dia 06 de dezembro a sete horas da noite. O visconde se desculpa pelo inoportuno da hora, mas explica que, *como V. Ex^a sabe, e dia de despacho em S. Cristóvão*. Em cartas do dia 10 e 12 do mesmo mês Andrés Lamas tenta fechar um acordo. Observa-se uma melhoria nas relações entre eles, e na última carta do ano de 1856, Lamas pede um novo encontro ao Ministro, ressaltando que entregara a resposta do presidente do Uruguai a uma solicitação feita pelo embaixador Amaral, nesse tempo, representante do império na Banda Oriental.

É possível que essa nova postura – mais suave - da diplomacia do visconde do Rio Branco esteja relacionada ao fato do Paraguai não estar cumprido o acordo assinado em 1856. Muitos historiadores e diplomatas são unânimes em afirmar que na realidade o presidente paraguaio não tinha intenção de cumpri-lo, o que queria era ganhar tempo nas negociações com o Brasil.

Mantendo o clima amigável o ministro Paranhos, em correspondência datada de 30 de janeiro de 1857, registra o recebimento da carta enviada por Lamas de 27 de dezembro do ano anterior, e refere-se ao, *despacho de V. Ex^a para nosso Governo, e agradeço-lhe as palavras amigáveis que nelles contem*. Em outra carta, quatro dias depois, o visconde do Rio Branco confirma o empenho em por fim aos impasses.

Com a dita carta de V.Ex. recebi as notas a q. ella se refere, e dei-me pressa em ler as novas aberturas de V. Ex. nessa leitura,(...) firmes o juizo de V.Ex. collocou-nos agora no terreno em q. nos permite a ambos caminhar. (...) E diria a V.Ex. q. tenho o maior desejo de se apressar o bom êxito de sua missão. Digo bom êxito, por q. conto com a illustração e boa vontade de V.Ex^a em tão importante assumpto. (...) Não escrevo esta carta, e as de mesmo character, ao Dr. Andrés Lamas. Escrevo-as ao meu amigo Sr. Lamas, sem nenhuma precaução diplomática (...). Creio q. ellas significarão a V.. Ex. q. meus desejos se harmonisam em a de V. Ex^a no empenho de estreitar as relações dos novos países sobre a base de seus mais sabidos e permanentes interesses.

De sua residência de Petrópolis, em 12 de fevereiro de 1857, Andrés Lamas, ainda restabelecendo-se dos problemas de saúde, demonstra alegria ao anunciar o fim das divergências que impediam a revisão do Tratado de Comércio.

Exmo. Amigo e Dr. Paranhos
Acabo de receber la favorecida de V.Ex^a de ayér que me anuncia la resolución del Governo Imperial sobre los buenos – officios que y la nota oficial que contiene esa resolucion. Mañana a contestaré oficialmente; pero no puedo dejar de decir à V.Ex^a en este mismo momento que quedo profundamente satisfecho y agradecido al Governó Imperial y à un amigo el Dr. Paranhos.

Quase um mês depois, 06 de março 1857, o visconde do Rio Branco confirma o acordo: Há dias enviei à casa do Sr. Frias uma carta e a minha resposta sobre a nota de V. Ex^a concernente à revisão do Tratado de Comércio.

A pressa em finalizar as negociações, provavelmente, estava ligada a situação do Rio da Prata que voltara a se tornar tensa em virtude das dificuldades diplomáticas com o Paraguai. No final do ano, o ministro Jose Maria da Silva Paranhos, é obrigado a ir a região em busca de novos acordos. Antes de chegar a Assunção, o ministro do imperador vai ao Paraná – capital da Confederação- onde assina vários tratados, e concede um empréstimo de 300.000 patações, com taxa de juros especiais. Assina ainda, um “protocolo reservado pelo qual a Confederação juntamente com o Uruguai reclamaria a abertura do rio

Paraguai à livre navegação”¹³. Esse protocolo, era uma clara demonstração da pressão do império sobre o Paraguai, pois a partir dele, não apenas o Brasil exigia a livre navegação do rio Paraguai, mas as três nações limítrofes, sendo que duas delas margeavam a desembocadura do rio. Em janeiro de 1858, o Visconde do Rio Branco desembarca em Assunção. Sua estratégia diplomática dá certo e o representante paraguaio, Francisco Solano Lopes, assinou um convênio liberando o rio Paraguai e seus afluentes à navegação. Porém, a paz na região estava longe de ser duradoura. Seis anos depois, tropas imperiais invadem o Uruguai, e a marinha brasileira bloqueia Montevidéu. Em represália, o Paraguai apreende o navio mercante brasileiro “Marques de Olinda”, dando início a mais longa e violenta guerra em território americano no século XIX, a Guerra do Paraguai ou a Guerra da Tríplice Aliança. (1864-1870).

Bibliografia

ABREU, Capistrano de. Formação de Limites. In: *Capítulos de História Colonial (1500-1800)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976.

ARTEAGA, Juan J. e COLIGAN, Maria Luiza. *Historia del Uruguay*. Montevideo; Ed. Barreira y Ramos, 1992.

BETHEL, Leslie.(org). *História da América Latina – da Independência até 1870*. Vol.III. São Paulo:EDUSP; Imp.Oficial do Estado; Brasília –Fundação Alexandre de Gusmão, 2001.

CALÓGERAS, J. P. A Política Exterior do Império. Da Regência à Queda de Rosas. Brasília: Senado Federal, 1998, vol. 3.

CARVALHO, Carlos Delgado de. *História Diplomática do Brasil*. Brasília: Fac-Similar, 1998.

CERVO, Amado Luiz e BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. São Paulo, Ática, 1992.

CERVO, Luiz Amado e RAPOPORT, Mario (orgs.). *História do Cone Sul*. Rio de Janeiro: Renavan; Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998.

CLEMENTI, Hebe. La frontera en América: una Clave Interpretativa de la História Americana. Buenos Aires, Leviatán, 1987.

FERREIRA, Nadir Duarte (org). *Catálogo do Arquivo Particular do Visconde do Rio Branco*. Brasília: Universidade de Brasília, 1981.

¹³ CERVO, Luiz Amado e RAPOPORT, Mario (orgs.). “História do Cone Sul”. Rio de Janeiro: Renavan; Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998. p.198.

- GALVÃO, Walnice Nogueira e GOTLIB, Nádía Battella (org.). *Prezado senhor, Prezada senhora. Estudos sobre cartas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- HERRERA, Luiz Alberto. *Los orígenes de la Guerra Grande*. Montevideo; Reedición Cámara de los Representantes da Republica Oriental del Uruguay, 1998
- HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira - Do Império à República*. São Paulo: DIFEL, 1977, tomo II, v. 5.
- LEITMAN, Spencer. *A Revolução Farroupilha: História e Interpretação*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.
- POMER, Leon. *Os conflitos na Bacia do Prata*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1979.
- RÉMOND, R. (org). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.
- RODRIGUES, José Honório & SEITENFUS, Ricardo A. S. *Uma História Diplomática do Brasil — 1531-1945*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- RUEDA, Ana. *Cartas sin Lacrar: La novela epistolar y la España Ilustrada, 1789-1840*. Madrid: Iberoamericana, 2001.
- SAMBUCETTI, Susana I. Rato. *Urquiza y Mauá. El Mercosur del Siglo XIX*. Buenos Aires: Ediciones Marcechi, 1999.
- SENA, André. *A epistolografia em Portugal*. 2ª. ed. Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1985
- SOARES, Teixeira. *Diplomacia do Império no Rio da Prata*. Rio de Janeiro: Brand, 1955.
- VIANNA, Hélio. *História Diplomática do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1958.
- WERNECK DA SILVA, José Luiz . *As Duas Faces da Moeda: A Política Externa do Brasil Monárquico, 1831-1876*. Rio de Janeiro: Universidade Aberta, 1990.